

Coisas da Política

Rodrigo de Almeida

rodrigo.almeida@jb.com.br



Não vale xingar o voto nordestino

EXCETO SE UMA HECATOMBE OCORRER ATÉ LÁ, o Nordeste repetirá no próximo ano a condição de força definidora da escolha presidencial. Ali estão 27% dos eleitores brasileiros, um pouco menos do que a soma do eleitorado do Sul, Norte e Centro-Oeste. Não é pouca coisa. Se nenhum candidato ganha musculatura sem o Sudeste e seus 43% de eleitores, convém lembrar que foi entre os nordestinos, em 2006, que o presidente Lula compensou, com folga, a derrota no gigantesco colégio eleitoral paulista (22% do total). Segundo as pesquisas, a região continua lulista. Nos números do Datafolha, 40% lhe dão nota 10 (a média nacional é de 25%) e 81% avaliam sua administração como boa ou ótima.

Até aí é consenso: o Nordeste é uma fortaleza de Lula, embora seja ainda incerta a conclusão de que os números estelares do presidente vão transferir-se para a sua candidata, a ministra Dilma Rousseff. O desvio de rota das análises correntes, especialmente produzidas no Sudeste e no Sul, ocorre quando se buscam as razões da preferência nordestina – é de onde, salvas as exceções habituais, costumam brotar formidáveis equívocos, por miopia, desinformação, má-fé, preconceito ou simplesmente apego às explicações canônicas do passado.

É pena, mas prevalece entre nós a idéia clássica de que os resultados eleitorais do Nordeste são determinados pelo controle coronelista dos votos. Ou seja, uma massa de eleitores, nada ou pouco escolarizada, de baixa informação, é movida por uma troca irracional, coercitiva e de reduzida taxa de valor moral e política. Na atualização dessa análise clássica do voto, saíram os coronéis e entrou o governo federal, mediado pelas oligarquias locais; dispensadas as dentaduras e o dinheiro puro e simples de compra do voto, vem o Bolsa Família. Sob essa ótica, a maioria pobre, especialmente a do campo, acaba seduzida pelo afeto dos ganhos imediatos e individualistas, em oposição ao voto supostamente mais esclarecido, racional e altruísta dos eleitores escolarizados do Sul e do Sudeste.

A tal concepção espanta que eleitores pobres decidam o voto por motivos semelhantes ao das elites: por um cálculo legítimo de interesses. (Longe de se ignorar a existência de captura de eleitores por práticas

Prevalece a idéia clássica da escolha controlada pelos coronéis

condenáveis). Espanta mais ainda às teses vigentes que os tempos mudaram – motivados por transformações na urbanização, na educação, na industrialização, na capitalização do campo e no aumento da renda, que modificaram o cenário de terra arrasada do passado.

O Nordeste exhibe “padrões chineses” de crescimento em algumas áreas e estratos de renda. Na revista *The Economist*, ainda no primeiro semestre do ano passado, o economista Cícero Péricles de Carvalho, um tinoso professor da Universidade Federal de Alagoas, chegou a referir-se ao seu estado como uma “Suécia ensolarada”, bem-humorada analogia sobre os ganhos obtidos pela economia alagoana. A respeitada publicação britânica gostou e cravou no título da reportagem: “Famílias felizes”.

Somados, Previdência e programas como o Bolsa Família atingem mais de dois terços das famílias nordestinas. Nenhum setor econômico da região consegue aproximar-se da renda daí gerada. Isso levou o próprio Péricles de Carvalho, em recente estudo, a concluir que o Nordeste será a região do país menos afetada pela crise financeira internacional. Não que a economia local atravessará impune as turbulências possíveis (suas exportações, que entre 2000 e 2007 triplicaram de valor, certamente sofrerão impacto), mas a expectativa é que o perfil de consumo adquirido compense a queda. Se correta a tese, será um combustível para o PT de Lula e Dilma, o PSB de Ciro Gomes e o PMDB governista.

Refutando as previsões sombrias do noticiário nacional, em 2008 o país assistiu a mais da metade da população atingir o nível do que, estatisticamente, configura a classe média. Engana-se, porém, quem acredita que a robustez dessa nova classe média se deve exclusivamente à política social do governo federal. Segundo informa o estudo *A nova classe média*, coordenado por Marcelo Néri, da FGV, a acentuada expansão do trabalho formal também explica o avanço. É difícil duvidar que essa nova configuração de classes vá interferir no comportamento eleitoral. A mudança no acordo oligárquico passado, que juntava os eleitores controlados pelos clãs e pelos eleitores de classe média, tem tudo para tornar mais fragmentados e dispersos os valores políticos do brasileiro. Não valerá, portanto, desmerecer a qualidade do voto de quem quer que seja.

O colunista Mauro Santayana está de férias.